



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na Questão Agrária.

## VIOLÊNCIA NO CAMPO EM MATO GROSSO: UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Viviani Sousa Barros<sup>1</sup>

Lélica Elis Pereira de Lacerda<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo apresentar a violência no campo em Mato Grosso como sendo uma expressão da “questão social”. Nesse sentido, utilizamos Netto (2013) como referencial teórico para caracterizar o conceito de “questão social” e, Silva (2014) que trata sobre a questão social latente no contexto brasileiro.

**Palavras-Chave:** Violência no campo; “Questão social”; Mato Grosso.

**Abstract:** The objective of the presente article is to presente the violence in the Mato Grosso's field as na expression. Of the “social question”. In this sense, Netto (2013) was the theoretical reference to character the concepto f the “social question” and, Silva (2014) that approaches about the latent social question in the Brazilian contexto.

**Keywords:** Violence in the field; “Social question”; Mato Grosso.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho buscou apresentar a violência no campo como sendo uma expressão da “questão social”, particularmente a violência ocorrida no estado de Mato Grosso. Para isso, utilizamos no primeiro item Netto (2013). Ele nos possibilitou compreender a origem da “questão social” sendo, este início o desenvolvimento capitalista e a constituição de uma sociedade pautada no trabalho assalariado no contexto dos países centrais.

Já no segundo item deste trabalho, utilizamos Silva (2014), autora que concordando com Netto, aborda mais especificamente sobre a emergência da “questão social” no Brasil.

No terceiro item, abordamos a concepção de que o Brasil, país inserido dentro da América Latina, é subordinado aos interesses dos países centrais, tendo como característica um capitalismo dependente e, no último tópico, apresentamos brevemente a formação do estado de Mato Grosso, bem como apresentamos dados

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: <barrosviviani21@gmail.com>.

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: <barrosviviani21@gmail.com>.

fornecidos pela Comissão Pastoral da Terra sobre conflitos no campo ocorridos na região.

## **QUESTÃO SOCIAL**

José Paulo Netto vai nos apresentar que a expressão “questão social” nasce para dar conta de um fenômeno que estava ocorrendo na Europa Ocidental, no período ainda nascente da industrialização, sendo tal fenômeno: o pauperismo. Ele apresenta o pauperismo dos trabalhadores como sendo “[...] o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial” (2013, p. 20). Tratava-se de um novo fenômeno estabelecido a partir da constituição de uma nova ordem societária: o capitalismo.

Em períodos históricos anteriores ao surgimento do capitalismo, pode-se observar que havia pauperismo, porém, o mesmo ocorria devido à escassez. Agora (no capitalismo industrial), já não se tratava mais de um pauperismo, não por escassez, mas sim fruto de um novo sistema de produção vigente. A pobreza apresenta-se aqui como inerente ao sistema em consolidação e a desigualdade social como consequência de tal sistema:

Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente acrescer a produção de bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente. Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. Numa palavra, a pobreza surgida e generalizada no primeiro terço do século XIX- o pauperismo- aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão. (NETTO, 2013, p.21)

A substituição do uso do termo “pauperismo” por “questão social”, ou seja, o processo que fez com que esse fenômeno fosse visto como uma “questão”, como uma problemática, deu-se mediante a politização dos pauperizados que começaram a questionar a situação em que viviam e a responder as mazelas sofridas de formas consideradas violentas, passando, assim, a representar o risco revolucionário do desmoronamento do modo de produção capitalista: “Quando se tornou objetiva a perspectiva de uma eversão da ordem burguesa, consagrou-se a designação do pauperismo como ‘questão social’” (NETTO, 2013, p.21).

O termo, ainda segundo Netto (2013), desloca-se na metade do século XIX para o conservadorismo. O que significa dizer que as expressões da “questão social” passam a ser naturalizadas perdendo a concepção de que são frutos da relação de desigualdade decorrente do modo de produção capitalista. O que só será afirmado por teóricos marxistas que compreendem que a eliminação da “questão social” só será possível com o fim do próprio capitalismo. Em resumo, a “questão social” está relacionada com a existência da sociedade capitalista e suas contradições (com especial destaque para as contradições entre capital e trabalho assalariado), sendo, a “questão social” configurada pela dinâmica social e política.

### **QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL E PARTICULARIDADE LATINO-AMERICANA**

O Brasil, assim como os demais países da América Latina, nasce no bojo do desenvolvimento capitalista dos países centrais, dando sustentação para o desenvolvimento industrial desses países, na medida em que fornece matéria-prima.

Como vimos anteriormente, a gênese da “questão social” deu-se no desenvolvimento industrial nos países da Europa Ocidental. Já no Brasil, devido a sua formação, podemos afirmar que a “questão social” não tem suas raízes exclusivamente no desenvolvimento industrial. Segundo Silva (2014) a “questão social” propriamente dita está relacionada às contradições das classes sociais no modo de produção capitalista, tendo como principal sintoma as lutas operárias, entretanto, no Brasil tivemos o que ela denominou como questão social latente, isso porque reconhece que já havia um processo de politização nas lutas empreendidas, por exemplo, no período colonial:

[...] compreendemos o fenômeno da questão social - e suas raízes coloniais escravistas, ainda que latentes - como sinônimo de contradição, exploração, acumulação, antagonismos, conflitos e lutas sociais geradas no interior da sociedade capitalista brasileira, traduzindo-se, historicamente, pelo enfrentamento da servidão indígena, da expropriação do negro, mas, fundamentalmente, pelas lutas operárias. (SILVA, 2014, p.42)

Nesse sentido, podemos afirmar que ainda nos tempos de Brasil Colônia é possível observar uma manifestação da questão social latente na luta pela terra. Reconhecemos aqui que a resistência indígena ainda no período colonial, as formações dos quilombos, entre outros movimentos estavam lutando contra um sistema de opressão que tinha, na sua base material, o latifúndio.

O latifúndio é característico de nossa formação. Ele está presente desde a nossa colonização aos dias atuais, sendo isso, mais uma particularidade que nos diferencia do capitalismo dos países centrais. Se no período colonial, o latifúndio-base material-provocava movimentos de resistência (que podemos afirmar que eram movimentos de

luta não só pela liberdade, mas também pela terra, quando pensamos nas formações dos quilombos), hoje em dia, as causas ainda são as mesmas, não tendo alterado, nesse sentido, a base material que questionamos.

Além da ausência de mudanças estruturais, a incorporação do capitalismo no Brasil foi mediante uma subordinação em relação aos países centrais. Desta forma, nosso capitalismo será o que Marini (2011) e Fernandes (1981) afirmam ser: capitalismo dependente. Nos países de capitalismo dependente, a classe trabalhadora sofre o que denominou de superexploração, sendo caracterizada pela:

[...] a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam (MARINI, 2011, p.149).

Destacamos que o baixo desenvolvimento das forças produtivas nos países latino-americanos fomentará uma economia baseada quase que exclusivamente na exportação de matéria-prima. Nesse sentido, o latifúndio está a serviço dessa dinâmica de relações econômicas com os países de economia central, visto que, a burguesia agrária brasileira mantém conduta de subserviência para com esses países.

## **ESTADO DE MATO GROSSO E CONFLITOS NO CAMPO**

Uma importante característica dos regimes políticos latino-americanos e, portanto, também do regime político brasileiro é o autoritarismo do Estado, muitas vezes expresso na forma de ditaduras intensamente repressivas, sangrentas. Como exemplo disso, podemos citar os anos de 1960, que inauguraram uma série de ditaduras na América Latina, como foi no Brasil em 1964 “[...] na Bolívia (1971), no Chile (1973), no Uruguai (1973), no Peru (1975) e na Argentina (1976), cobrindo praticamente toda a parte da América Latina”. (OSÓRIO, 2014, p.217). Períodos marcadamente violentos e autoritários que reforçaram a dependência da América Latina aos países imperialistas, mais declaradamente dos Estados Unidos. Dependência expressa através de uma economia exportadora.

Caracterizando-se o Brasil como país que inseriu-se no desenvolvimento capitalista subordinado aos interesses dos países centrais, tendo como função na divisão internacional do trabalho fornecer matéria-prima (MARINI, 2011), identificamos no Estado de Mato Grosso, como não haveria de ser diferente, essas mesmas características.

O Estado de Mato Grosso foi colonizado, tendo como marca a expropriação dos recursos naturais, inicialmente tendo como centralidade a extração do ouro. Ouro esse que serviu inclusive para sustentar o desenvolvimento industrial da Europa. Além do ouro, outro recurso natural que também voltou-se para a exportação foi o açúcar. (BERTRAN, 1988). Posteriormente, já no século XX, a região ganha centralidade nos processos governamentais do governo federal. Destacamos aqui o período do governo de Getúlio Vargas que fomentou o Projeto de Integração Nacional, incentivando, por exemplo, a Marcha para o Oeste. (RIVERA; PINTO, 2008). Apesar de tal projeto ter sido fomentado na década de 1930, é somente na década de 1970, com a ditadura civil-militar, que a ocupação da região irá se intensificar, ocorrendo de forma massiva.

É durante a ditadura civil-militar que teremos a criação de diversas instituições por parte do Estado que na prática terão como função facilitar o acesso do capital internacional na região, reforçando, nesse sentido, nosso caráter de economia dependente. Além disso, foi oferecido ao mercado privado a possibilidade de coordenar/dirigir a ocupação da região (ROSA, 2018), impedindo na prática a reforma agrária espontânea e de fato (IANN, 1979).

A ditadura civil-militar empreendeu uma política de reforma agrária conservadora, o que Ianni (1979) chamará de contrarreforma agrária e incentivou o agronegócio na região, fomentando, com isso, a permanência do latifúndio e, conseqüentemente, acirrando o conflito agrário. Em estudo realizado sobre o período da ditadura militar e Amazônia, Ianni (1979) afirma que:

“[...] A terra farta, tribal, do sem-fim, tribal, ocupada ou devoluta, pouco a pouco, ou de repente, transformou-se em mercadoria. Para os próprios trabalhadores rurais, índios, caboclos, sitiantes e posseiros, nas margens e centros, a terra ficou diferente, estranha, estranhada. Estava em curso um amplo e intenso processo de formação de latifúndios, fazendas e empresas de extrativismo, agricultura, pecuária, agroindústria e outras atividades, por meio do qual a terra se transformava em propriedade privada, mercadoria, em conformidade com as exigências do desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia” (p.79).

A terra farta, tribal, descrita acima, era ocupada pelas populações indígenas e tradicionais, que foram pouco a pouco sendo retiradas de suas terras para que o desenvolvimento capitalista ocorresse na região. Ianni (1979) ainda afirmará que essa apropriação do território amazônico – parte desse território está localizado em Mato Grosso – será realizada em benefício do capital internacional. Para que se viabilizasse esse processo de apropriação desse território, a compra de terras ocorreu mediante, inclusive, a ação de intermediários brasileiros, servindo a interesses estrangeiros:

Em muitos casos, há brasileiros atuando como associados, ou intermediários, nos negócios de terras que os estrangeiros realizam na Amazônia. Os

estrangeiros tendem a ser principalmente norte-americanos, mas os intermediários brasileiros podem ser tanto grileiros, ou negociantes profissionais de terras, como funcionários e técnicos da burocracia estatal (IANNI, 1979, p.101).

Outro teórico que também abordará essa apropriação capitalista do campo é Martins (1980). Ele afirma que:

[...] a questão agrária brasileira tem duas faces combinadas: a expropriação e a exploração. Há uma clara concentração da propriedade fundiária, mediante a qual pequenos lavradores perdem ou até deixam a terra, que é o seu principal instrumento de trabalho, em favor de grandes fazendas. Convém notar que esse processo hoje não é conduzido fundamentalmente pelos velhos e rançosos “coronéis” do sertão, os famosos latifundiários a que se agregava o adjetivo de “feudais” até pouquíssimo anos. Esse processo agora é conduzido diretamente por grandes empresas capitalistas, nacionais ou multinacionais, com amplos incentivos financeiros do próprio Estado. O processo de expropriação, de diferentes maneiras, violentamente ou não, tem ocorrido no país inteiro (MARTINS, 1980, p.53-54).

Ambos os autores destacam que houve apropriação da terra brasileira pelo capital internacional, especialmente nos anos da ditadura civil-militar. Mato Grosso estava dentro desse processo, principalmente por ter em seu território parte da Amazônia, constituindo-se como único estado do país com três biomas: cerrado, pantanal e Amazônia.

Conforme demonstrado por Ianni (1979) e Martins (1980), todo esse processo de apropriação do campo pelo capitalismo ocasionou uma série de violências e de conflitos na luta pela terra. Diante dessa realidade surge a Comissão Pastoral da Terra – CPT, que desde a sua criação, em 1975, vem realizando um trabalho de denunciar de forma contínua e sistemática os diversos tipos de violência sofridas pelos trabalhadores do campo.

Desde a sua criação, a CPT vem pesquisando sobre dados de conflitos no país. No entanto, é no ano de 1985 que a organização “[...] começou a publicar um relatório anual intitulado Conflitos no Campo Brasil, com os registros das ocorrências de conflito e violência sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras da terra” (CPT, 2018, p.15). Essa instituição realiza um importante trabalho ao publicar tais dados. Eles organizam os documentos, que são “[...] catalogados por situações de disputas em conflitos por terra, conflitos pela água, conflitos trabalhistas, conflitos em tempo de seca, conflitos em áreas de garimpo, e em anos anteriores foram registrados conflitos sindicais” (CPT, 2018, p. 19).

Os números registrados de conflitos no campo em Mato Grosso são alarmantes. De um estado fortemente marcado pelo latifúndio, pela forte presença do agronegócio – pautado numa produção para exportação – não esperava-se outra realidade. A CPT durante os anos que vem colhendo os dados de conflitos, registrou que:

“De 1995 a 2017, 11.487 pessoas estiveram sob ação de pistoleiros no estado; 239 pessoas foram ameaçadas de morte; 2.352 famílias foram expulsas por pistoleiros e 22.117 famílias despejadas”. Já de 1985 até 2017 ocorreram 136 assassinatos em conflitos no campo em Mato Grosso, sem nenhum mandante preso (CPT-MT,2018).

Nota-se que tais dados já são do período considerado democrático, não tendo o registro das situações que possivelmente ocorriam durante a ditadura civil-militar.

Durante o ano de 2018, a CPT também teve papel importante na denúncia de um possível massacre em Colniza. A CPT vinha anunciando que quase 200 famílias da região estavam sob mira de pistoleiros e que, pelo local já possuir um histórico de violência, este era um possível massacre anunciado. Esse histórico de violência no campo na região de Colniza diz respeito aos 16 assassinatos na região durante os anos de 2003 a 2018. Sendo que em 2017 havia ocorrido assassinato de nove posseiros (CPT-MT, 2018).

O ano de 2019 inicia-se com a concretização do que vinha sendo anunciado: morte de um trabalhador rural da área do conflito com mais nove feridos.

A partir desses dados, que foram catalogados, podemos afirmar que o Estado de Mato Grosso vive em constante tensão. Tais conflitos são consequência de uma política de Estado autoritário, que a serviço dos interesses dos latifundiários, sempre impediu uma reforma agrária de fato.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mediante o que foi apresentado ao longo deste trabalho, podemos observar que os conflitos no campo são uma das expressões mais agudas da “questão social” no Brasil e principalmente, no estado de Mato Grosso, visto que, como também já afirmamos, é uma expressão da “questão social” que decorre de um dos elementos mais marcantes da formação social brasileira e mato-grossense: a intensa concentração de terras nas mãos de poucos, através da apropriação das mesmas pelo latifúndio, deixando aquele que nela trabalha apartado do seu meio de sustento.

Nesse sentido, é de fundamental importância que se dê atenção e que se aprofundem os estudos sobre essa dimensão da “questão social” no campo do serviço social, visto que como afirma Silva (2014), o serviço social nasce única e exclusivamente para o enfrentamento da “questão social”. Sendo assim, faz-se necessário debruçar-se sobre esse tema, sob pena de não cumprir o objetivo pelo qual a profissão existe.

## Referências

- BERTRAN, P. Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil. CODEPLAN, Brasília: 1988.
- Conflitos no Campo Brasil 2018. CPT Nacional, Brasil, 2018.
- FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Ed. Globo, São Paulo: 1981.
- IANNI, Octavio. Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Ed:Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 1979.
- MARINI, R. M. A dialética da dependência. In: MARINI, Ruy Mauro; TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. Ruy Mauro Marini: vida e obra. 2a Ed. Expressão Popular, São Paulo: 2011.
- MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política no campo. Editora Hucitec, São Paulo, 1980.
- NETTO, José Paulo. “Questão social”: elementos para uma concepção crítica. In: Samba, cultura e sociedade: sambistas e trabalhadores entre a questão social e a questão cultural no Brasil. Expressão popular, São Paulo, 2013.
- OSORIO, Jaime. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. Outras expressões, São Paulo, 2014.
- Primeira morte por conflitos agrários em 2019 é registrada no Mato Grosso. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/01/primeira-morte-por-conflitos-agrarios-em-2019-e-registrada-no-mato-grosso/>. Acesso em 23 de jun.2019.
- ROSA, J. C. Colonização recente no Mato Grosso entre 1964-1984: antigas terras e territórios transformados em novos espaços. In: RODRIGUES, C; NETO, V. J (orgs.). Nova História do Mato Grosso Contemporâneo. EdUFMT. Cuiabá: 2018.
- RIVERA, M. S. P.; PINTO, G. F. P. M. Aspectos ocupacionais na área central do continente sul-americano: formação territorial mato-grossense. In: HIGA, T. C. D. S. (org) Estudos regionais sul-americanos sociocultura, economia e dinâmica territorial na área central do continente,EdUFMT. Cuiabá: 2008.
- SILVA, Ivone Maria Ferreira da. Questão social e serviço social no Brasil: fundamentos sócio-histórico. EdUFMT, Campinas- SP, 2014.
- Urgente: organizações sociais do Mato Grosso denunciam possibilidade de novo massacre na região de Colniza. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/4537-urgente-organizacoes-sociais-do-mato-grosso-denunciam-possibilidade-de-novo-massacre-na-regiao-de-colniza>. Acesso em 23 de jun.19